

AS OPERAÇÕES ANFÍBIAS NO SÉCULO XXI¹

A Estratégia Nacional de Defesa, ao estabelecer que o Corpo de Fuzileiros Navais se consolidará como a força expedicionária por excelência, aponta-nos, à semelhança do Alvará de nossa criação, novamente, o mesmo rumo a navegar [...] Esta será, todavia, uma singradura em que não poderemos navegar sozinhos, pois expedicionário há que ser o conju-gado anfíbio e não unicamente o Fuzileiro Naval. Só assim será possível responder prontamente às demandas futuras que, cada vez mais, na medida em que conflitos e tensões se aproximam das fimbrias dos mares, exigem a presença de poder naval dotado de prontidão operativa e capacidade anfíbia expedicionária; porquanto, somente o poder naval é capaz de projetar, nos cenários de interesse, tropa pronta para combater, com todos os seus requisitos, sejam de comando, de controle, de manobra, de apoio de fogo ou, sobretudo, logísticos atendidos e íntegros.²

Álvaro Augusto Dias Monteiro

Almirante de Esquadra (FN)

Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Mesmo que as crises venham a diminuir significativamente no futuro, as melhores opções para lidar com elas conti-nuarão sendo apoiadas em navios-aeródromos e forças anfíbias com fuzileiros navais embarcados. Alguns até mesmo especulam que, na medida em que entramos em uma era caracterizada por atividades terroristas, pela violência decorrente do tráfico de drogas e pelo uso de táticas coercitivas como a tomada de reféns, as forças anfíbias modernas emergirão como opção mais lógica ao emprego da força.

Alfred M. Gray

General

29ª Comandante-Geral do USMC – 1989

LUIZ OCTÁVIO GAVIÃO

Capitão de Fragata (FN)

SUMÁRIO

Introdução

Antecedentes

Descrevendo o problema

A ideia-força

Tipos de ambientes: permissivo, incerto e hostil

Projetos conceituais

Impacto sobre a Doutrina Anfíbia

Impacto sobre a Organização das Forças por Tarefas

Impacto sobre o Treinamento e Educação Profissional-Naval

Projetos de equipamentos e sistemas

Considerações finais

INTRODUÇÃO

O artigo “As operações anfíbias no sé-culo XXI” foi publicado pelo United States Marine Corps – USMC (Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos) em

2009 e buscava atingir um propósito ambi-cioso: inspirar o “renascimento intelectu-al” do pensamento anfíbio. A preocupação do USMC decorre da necessidade de recu-perar conceitos importantes da doutrina an-fíbia, que representam a razão de ser dos

1 Tema proposto pelo Departamento de Pesquisa e Doutrina do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

2 Extrato da Ordem do Dia nº 1/2010, referente ao 202º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais.

Fuzileiros Navais, basicamente por dois motivos: primeiro, a ênfase atual no preparo e no emprego de suas frações em contra-insurgência tem afastado os Marines da Força Naval, com prejuízos ao adestramento, à doutrina, à inovação intelectual, à renovação material e à *expertise* institucional nas operações anfíbias; segundo, o cenário de segurança internacional da atualidade, que se caracteriza pela insegurança e a incerteza, confirma a utilidade de forças anfíbias modernas, capazes de realizar variados tipos de operações do amplo espectro de conflitos, que envolve, dentre outras operações, a assistência humanitária em ambiente permissivo às operações de “entrada-forçada” em uma costa hostil.

De fato, o artigo em questão faz parte de uma tríade de panfletos conceituais produzidos pelo Marine Corps Combat Development Command (MCCDC), o mais alto escalão de desenvolvimento doutrinário do USMC. Os três artigos visam apresentar os principais desafios ao desenvolvimento da capacidade de combate do USMC no século XXI e orientar os rumos daquela força no atendimento aos interesses nacionais. Além do artigo sobre as operações anfíbias, os demais versam sobre o desenvolvimento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)³ para atender aos desafios do século XXI e sobre a capacidade de sustentação das operações em terra a partir de meios navais em apoio aos variados tipos de operações que compõem o espectro de conflitos, um conceito denominado *seabasing* na doutrina norte-americana.

Essa resenha traduz os principais aspectos do artigo original, publicado na revista *Marine Corps Gazette* de julho de 2009, que identifica vários problemas; no entanto, não pretende oferecer soluções. Tal abordagem do MCCDC tem por propósito apresentar ao leitor informações básicas sobre a doutrina anfíbia, com ênfase sobre sua aplicação, seus desafios e atuais capacidades dos Marines. Dessa forma, o leitor poderá formar sua própria opinião e gerar inovações conceituais para debater assuntos organizacionais, dilemas doutrinários ou mesmo oportunidades de desenvolvimento profissional, que culminem em propostas de novos projetos de navios, embarcações e equipamentos. Adicionalmente, o escopo dos assuntos apresentados tem utilidade para as forças operativas, para centros de treinamento e formadores de recursos humanos, e para o desenvolvimento de novas capacidades.

Dentre os principais tópicos abordados no artigo destacam-se: a necessidade de ampliar o entendimento comum do que são as operações anfíbias e sua utilidade para o século XXI; a utilidade e a oportunidade decorrentes do emprego dos meios navais dos EUA, distribuídos normalmente de forma isolada ao redor do globo, para realizarem operações descentralizadas e operações anfíbias de pequena envergadura, mantendo a capacidade de se reorganizarem por tarefas para o cumprimento de operações de larga envergadura; uma falsa percepção de que a tarefa clássica de “projeção de poder” é a única forma de ação ofensiva unilateral, denominada *hard*

3 No vocabulário doutrinário do USMC, o GptOpFuzNav denomina-se Marine Air-Ground Task Force – MAGTF, sendo organizado por um componente de comando, um de combate terrestre, um de combate aéreo e um logístico, constituídos basicamente com meios orgânicos do USMC. As MAGTF típicas são as Unidades Anfíbias (Marine Expeditionary Unit – MEU), as Brigadas Anfíbias (Marine Expeditionary Brigade – MEB) e a Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (Marine Expeditionary Force – MEF), com efetivos máximos de aproximadamente 3 mil, 20 mil e 90 mil Marines, respectivamente.

power, que orienta o desenvolvimento da capacidade anfíbia; a falta de interação entre os Marines e os meios navais, que tem comprometido o conhecimento da cultura naval, da vida a bordo e o desenvolvimento profissional dos Marines.

Atualmente, marinheiros e fuzileiros navais se deparam com situações bem mais complexas, com múltiplos adversários, em cenários reais e potenciais. O ambiente estratégico moderno está permeado de desafios de natureza híbrida, normalmente denominados de “novas ameaças”. Nesse contexto, o USMC, em parceria com a U.S. Navy (Marinha dos EUA), revitalizará a capacidade, o poder e a *expertise* da Força em operações anfíbias, com a finalidade de melhor lidar com a instabilidade e a incerteza do século XXI. A tríade dos artigos publicados cumpre, então, a finalidade de informar e iniciar, conceitualmente, o “renascimento intelectual” do pensamento anfíbio.

O artigo também apresenta tópicos de interesse para a Marinha do Brasil (MB), embora o contexto de emprego de forças norte-americanas, a envergadura daquelas forças e a capacidade de investimento em novos projetos sejam incomparáveis. Por outro lado, as forças brasileiras empregam meios similares, como navios anfíbios, embarcações de desembarque, viaturas anfíbias, blindados e armamentos variados, muitos dos quais de procedência norte-americana. Além disso, por uma questão de afinidade com a maior força anfíbia da atualidade que cria, experimenta e adapta sua capacidade de emprego a partir de conflitos reais, pode-se admitir que os Marines “exportam” sua doutrina anfíbia e influenciam, de certa forma, os Fuzileiros Navais de todo o mundo. Dessa forma, qualquer debate ou evolução conceitual da doutrina anfíbia, implementada pelo USMC, provoca a curiosidade, a análise e, se for o caso, a incorporação à doutrina das forças anfíbias.

Vale ainda ressaltar que a tradução a seguir merece uma avaliação atenta do leitor. Por um lado, o artigo apresenta considerações aplicáveis ao contexto naval brasileiro, tais como a capacidade de operações anfíbias de pequena envergadura e a intensificação de embarques e atividades no mar que permitam a permanente interação entre meios navais e de fuzileiros navais; por outro lado, parece evidente o forte viés político e econômico dos argumentos apresentados pelo USMC, que justificam os vultosos recursos investidos há décadas em projetos que movimentam a indústria de defesa dos EUA, com resultados operacionais ainda questionados em diversos fóruns.

Cabe, por fim, ressaltar que a terminologia original dos principais conceitos apresentados em inglês foi mantida, com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre a doutrina anfíbia, sendo acrescentadas as respectivas traduções ou mesmo comparações com as expressões similares da doutrina anfíbia brasileira, quando necessário.

ANTECEDENTES

A Estratégia de Defesa Nacional dos EUA, edição de 2008, traz a estimativa de que, nos próximos 20 anos, as pressões decorrentes do crescimento populacional, da busca por fontes de recursos, por outras fontes de energia e por problemas climáticos e ambientais, associadas à rapidez das mudanças sociais, culturais, tecnológicas e geopolíticas, trarão instabilidade e incertezas. Nesse contexto, faz-se necessário desenvolver nas forças militares certas capacidades que garantam sua atuação contra tais ameaças, assim como agilidade e flexibilidade das Forças para planejar e responder efetivamente, atuando em conjunto com outros ministérios, agências não governamentais e parceiros

internacionais. Dentre os diversos desafios visualizados, destacam-se aqueles que ameaçam o acesso marítimo de forças militares. A publicação *Capstone Concept for Joint Operations* aprofunda esse tema da seguinte maneira:

*A redução das opções de acesso marítimo de forças militares representa um desafio a ser enfrentado no futuro. As reações à presença norte-americana têm crescido sensivelmente. Mesmo aliados tradicionais dos EUA podem hesitar em garantir o acesso de forças militares norte-americanas em seus territórios. Tais restrições de acesso poderão comprometer a presença “avançada” dos EUA, um aspecto historicamente crítico da estratégia militar norte-americana, requerendo novas abordagens para responder prontamente às crises internacionais, assim como para explorar oportunidades de utilizar o mar, o espaço aéreo e o ciberespaço. Assegurar o acesso a portos, aeroportos, espaço, águas costeiras e áreas em potencial selecionadas por nações anfitriãs representa um desafio a ser tratado por meio de ativo engajamento em período de paz. Na guerra, no entanto, tais acessos poderão necessitar do uso da força para conquistar e manter posições, em face da resistência armada.*⁴

Adicionalmente, diversas populações litorâneas se multiplicam, provocando aumento da fome, doenças, escassez de recursos e desastres naturais. A Estratégia descreve:

A maioria da população mundial vive dentro de uma faixa limitada a 160 km

*dos oceanos. A instabilidade social crescente em cidades com grande concentração populacional, muitas das quais em regiões críticas, é fator potencial para fomentar novas crises de cunho social. Os efeitos das mudanças climáticas podem ainda ampliar o sofrimento humano por meio de catástrofes ambientais, comprometendo terras aráveis e gerando enchentes, capazes de multiplicar as perdas humanas, provocar deslocamentos populacionais, que culminam em mais instabilidade e mais crises regionais. Os meios de comunicação de massa reportarão todo esse drama humano, tornando as populações carentes mais informadas e menos tolerantes às condições adversas em que vivem. Assim, ideologias extremistas se tornam cada vez mais atraentes para pessoas necessitadas e desesperadas em busca de qualquer oportunidade de salvamento. Criminosos também explorarão tal instabilidade social.*⁵

Essas considerações ecoaram sobre a nova estratégia e visão do United States Marine Corps (USMC), estimando que o crescimento da população mundial, em 2025, significará 30 por cento de pessoas habitando regiões litorâneas. Ainda, mais de 60 por cento dessa população viverá em áreas urbanas em 2025. Isso indica um mundo dominado por complexos urbanos nos litorais, onde sobressai a competição por recursos vitais, ao mesmo tempo em que uma população jovem torna-se cada vez mais desassistida.

Simultaneamente, haverá uma espécie de simbiose entre diversas formas de guerra

4 Mullen, Admiral, Michel G., U.S. Navy, *Capstone Concept for Joint Operations*, Washington, D.C.: Department of Defense, 15 Janeiro 2008, pp. 5-6.

5 Conway, General James T., U.S. Marine Corps, Routhead, Admiral Gary, U.S. Navy, and Allen, Admiral Thad W., U.S. Coast Guard, *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, Washington, D.C.: U.S. Government, Outubro 2007, p. 5 (ver tradução e adaptação publicada na RMB 1º trim/2008).

ou conflito, que no passado eram mais facilmente rotuladas, tais como a guerra convencional, a guerra irregular, o terrorismo e a criminalidade, sendo atualmente reunidas sob o termo “novas ameaças.”⁶ Tais desafios podem ser impostos por estados ou mesmo grupos armados que buscam causar elevados custos políticos, humanos ou materiais para desgastar ou reduzir o comprometimento dos seus adversários. Dessa forma, são esperadas operações descentralizadas, que empregam diferentes abordagens, distintos tipos de armamento e tecnologia para combater nossos esforços.

Todos esses desafios ilustram a importância da capacidade das operações litorâneas, que reúnem áreas marítimas, terrestres e aéreas. Sob o ponto de vista militar, o “litoral” está composto por dois segmentos. A porção marítima abrange a região oceânica e a costeira, necessárias ao controle das operações em terra. A porção terrestre está limitada pela costa e o terreno interior, capaz de ser apoiado e defendido diretamente por estações no mar. A confluência desses segmentos é infinita em variações, tornando as operações litorâneas especialmente desafiadoras.

Conforme descrito na estratégia marítima, a segurança nacional norte-americana está intimamente relacionada à manutenção da estabilidade nos litorais. A capacidade anfíbia será necessária para estabelecer a ligação entre o mar, a terra e o espaço

aéreo sobrejacente, não somente para realizar desembarques em terra, mas também como espaço de manobra para a condução de operações litorâneas de forma continuada. Combater adversários dispersos no terreno, que empregam táticas típicas das “novas ameaças”, requererá múltiplas e simultâneas ações por forças anfíbias ao longo do litoral. A presença e a constante movimentação de forças em estações no mar e em terra tornam o litoral um ambiente operacional único.

Nos últimos 20 anos, as forças anfíbias dos EUA têm sido

usadas como força de emprego rápido em resposta a 104 situações de crise internacional. Esse indicador representa mais que o dobro de eventos similares durante a Guerra Fria, validando as estimativas do General Gray em 1989. Além disso, durante esses mesmos 20 anos, as forças anfíbias permaneceram em águas internacionais, cooperando com a segurança de parceiros estra-

Combater adversários dispersos no terreno, que empregam táticas típicas das “novas ameaças”, requererá múltiplas e simultâneas ações por forças anfíbias ao longo do litoral



Nos últimos 20 anos, as forças anfíbias dos EUA têm sido usadas como força de emprego rápido em resposta a 104 situações de crise internacional

6 A expressão original usada pelo autor é “*hybrid challenges*”. Tendo em vista que a expressão “novas ameaças” já se encontra consagrada no meio acadêmico brasileiro e a similaridade dos conceitos, deu-se preferência ao termo em português.

tégicos por meio de operações a partir do mar. Mais recentemente, refletindo a filosofia exposta na estratégia marítima quanto à importância de prevenir e não somente vencer guerras, forças anfíbias têm sido ampliadas em número e natureza das atividades desempenhadas, incluindo novos parceiros em variadas regiões do planeta.

Em uma era em que predominam o declínio no acesso de forças norte-americanas e o aumento da incerteza, pode-se admitir que essas tendências não se reduzirão. Os Comandos Conjuntos dos EUA têm apresentado uma crescente demanda por forças anfíbias em prontidão, capazes de cooperar com a segurança regional, por meio de dissuasão e rápida resposta em situações de crise. Por exemplo, tais demandas atuais equivalem à existência de quatro conjuga-

dos anfíbios da United States Navy (USN) e do USMC, denominados ARG/MEU (Amphibious Ready Group/Marine Expeditionary Unit),⁷ mais dois grupos operativos de menor porte, permanentemente ativados.

Esses indicadores refletem a utilidade do emprego de forças anfíbias ao longo do espectro das operações militares, que se estende desde engajamentos militares, operações de segurança e ações de caráter dissuasório até a resposta a situações de crise que demandem forças de pronto em-

prego ou, se necessário, operações militares de grande envergadura. Por sua vocação naval e por tratar-se de uma força expedicionária em prontidão, o USMC é particularmente indicado para reagir a crises e contingências limitadas, embora também seja apto para atuar em todo o espectro supracitado.

Essa aplicabilidade de forças anfíbias para atender às diversas opções do espectro de operações militares não é facilmente compreendida, na medida em que os auto-

res dos projetos de sistemas conjuntos normalmente assumem que a capacidade de realizar operações de entrada-forçada⁸ implica aceitação de significativos riscos por parte dos EUA. Tal hipótese negligencia o fato de que essa mesma capacidade também apoia

as necessidades dos Comandos Conjuntos dos EUA para prevenir e reagir a crises. Essa discussão reforça a necessidade de ampliar o entendimento comum do que são as operações anfíbias e sua utilidade para o século XXI.

De maneira geral, as operações anfíbias empregam uma força de desembarque (ForDbq), embarcada em navios e outros meios de desembarque para cumprir uma variedade de tarefas. Tais tarefas podem ser conduzidas sob ambiente permissivo,

Por sua vocação naval e por tratar-se de uma força expedicionária em prontidão, o USMC é particularmente indicado para reagir a crises e contingências limitadas

7 Tendo em vista a peculiaridade da expressão que identifica o conjugado anfíbio ARG/MEU, sem equivalência na doutrina da MB, esta tradução manterá o acronismo em inglês. Cabe ressaltar que a Unidade Anfíbia apresenta organização por tarefas similar a MEU, porém com menores efetivos e meios não orgânicos ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

8 A expressão original na doutrina norte-americana, “*forcible entry capabilities*”, talvez apresente de forma mais clara o conceito de projeção de poder sobre terra, por abranger diversos tipos de operações militares para a neutralização de ameaças aeroespaciais, cibernéticas, aéreas, navais e terrestres, o que inclui as Operações Anfíbias, em esforço conjunto para acessar o litoral hostil.

incerto ou hostil, conforme o espectro das operações militares. Uma ForDbq é composta basicamente por fuzileiros navais, organizada por tarefas para operações anfíbias, enquanto uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) é composta por forças navais, também organizadas por tarefas para a mesma finalidade. Assim, uma força anfíbia é composta por uma ForDbq e uma ForTarAnf, adestradas, organizadas e equipadas para realizarem operações anfíbias.

A história militar recente, o contexto estratégico e a estratégia marítima indicam que mesmo os meios navais isolados, distribuídos ao redor do globo, devem estar aptos para realizarem operações descentralizadas e operações anfíbias de pequena envergadura, mantendo a capacidade de se reorganizarem por tarefas para o cumprimento de operações de larga envergadura. Tais operações de pequena envergadura podem compreender ações de segurança, reação a crises e desastres naturais, ações preventivas e punitivas contra terroristas ou atores não estatais, até operações em larga escala contra países oponentes. Dessa forma, espera-se conduzir operações anfíbias, conforme a seguinte ordem de probabilidade:

● **Engajamento Anfíbio e Reação a Crises** – Esse tipo de operação anfíbia contribui para prevenir conflitos ou mitigar crises. Dentre as diversas modalidades, incluem-se operações de segurança, assistência humanitária, evacuação de não combatentes, operações de paz, operações de retomada ou desastres ambientais.⁹

● **Incursão Anfíbia** – Tipo de operação anfíbia envolvendo uma rápida penetração ou ocupação temporária de um objetivo, seguida de uma retirada planejada.

● **Assalto Anfíbio** – Tipo de operação anfíbia que envolve o estabelecimento de uma ForDbq em costa hostil ou potencialmente hostil.

● **Retirada Anfíbia** – Tipo de operação anfíbia que envolve a extração de forças por mar em navios ou demais meios de desembarque de uma costa hostil ou potencialmente hostil.

● **Demonstração Anfíbia** – Tipo de operação anfíbia conduzida com o propósito de iludir o inimigo por meio de ação de presença, gerando a expectativa de adoção de uma linha de ação desfavorável às suas forças.

Todos esses tipos de operações anfíbias são aplicáveis ao amplo espectro das operações militares. Por exemplo, uma retirada poderia envolver a evacuação de não combatentes, no contexto de uma operação de paz, como ocorreu com a remoção da Organização para Libertação da Palestina (OLP) do Líbano, em 1982. Ou, então, uma retirada poderia envolver a evacuação de forças amigas dentro de um contexto de uma guerra em larga escala, conforme ocorreu em Hungnam, Coreia, em 1950. Uma demonstração poderia envolver uma ação de presença em apoio a sanções das Nações Unidas, a exemplo da operação “Restore Democracy”, em 1998. Uma demonstração também poderia integrar um esquema de manobras em larga escala, como ocorreu com a operação “Desert Storm”, em 1991.

Tendo em vista o impacto estratégico e a comprovada utilidade das forças anfíbias, a U.S. Navy e o USMC têm identificado a necessidade de ampliar a capacidade, o poder e a *expertise* de suas forças anfíbias, com a finalidade de prevenir conflitos e triunfar em combate.

9 A doutrina conjunta dos EUA agrega essa nova categoria como “Outras Operações Anfíbias”. Durante a revisão da *Joint Publication 3-02, Joint Doctrine for Amphibious Operations*, o USMC propôs a substituição dessa expressão por “Engajamentos Anfíbios e Reação a Crises”.



Figura 1 – Emprego de forças anfíbias dos EUA durante a Guerra Fria

DESCREVENDO O PROBLEMA

O papel das forças anfíbias em diversas operações, desde as operações de segurança mais simples até os combates em larga escala, ainda não está perfeitamente compreendido. Frequentemente, a expressão “operações anfíbias” é associada puramente a operações de projeção de poder. Esse mal-entendido tem contribuído para a falsa percepção de que a projeção de poder é única forma de ação ofensiva unilateral (*hard power*) que orienta o desenvolvimento da capacidade anfíbia. Em decorrência, as capacidades essenciais e a *expertise* das forças anfíbias norte-americanas entraram em declínio desde o fim da Guerra Fria.

Esse raciocínio pode parecer contrainutivo, tendo em vista a frequência das operações anfíbias, conforme exposto na figura 1. Um estudo mais aprofundado desses eventos, no entanto, revela que 76 deles foram operações do conjugado anfíbio ARG/MEU, conduzidos por limitada parcela de forças navais e de Marines que se benefici-

am de intensos ciclos de adestramento, de bem definidos e refinados planos de embarque e de elevada quantidade e qualidade de procedimentos operacionais padronizados. O USMC tem priorizado o emprego de suas forças em outros compromissos internacionais, participando de operações terrestres no Iraque e no Afeganistão. A habilidade em conduzir operações anfíbias com ForDbq que excedam o limite de Unidades Anfíbias atualmente embarcadas em Grupos de Navios Anfíbios (ARG), no tradicional sistema de rodízio, está atrofiada.

Por exemplo, as oportunidades para o adestramento de Companhias de Fuzileiros, que no passado eram um fato rotineiro e constante, atualmente são raras. Outro exemplo é a suspensão do exercício curricular Bascolex (Basic School Landing Exercise), para recém-nomeados segundos-tenentes Fuzileiros Navais, realizados entre 2001 e 2008. Tendo em vista que praticamente o tempo disponível para o adestramento é priorizado para assuntos de contra insurgência, a geração atual de líderes de pequenas frações não tem

tido a oportunidade de conhecer e aprofundar conhecimentos da doutrina anfíbia. Talvez mais importante seja ressaltar que o limitado tempo desses líderes a bordo dos navios impede a formação de uma rede de relacionamento profissional com seus homólogos da U.S. Navy, especialmente no nível dos comandantes de Companhia, Pelotões e Grupos de Combate. Essa falta de interação tem comprometido o conhecimento da cultura naval e da vida a bordo, ambos considerados aspectos essenciais ao desenvolvimento profissional dos Marines.

Além disso, mudanças organizacionais têm impactado negativamente sobre a capacidade de planejar e executar operações anfíbias. A U.S. Navy e o USMC têm ampliado os efetivos dos seus componentes subordinados ao Comando de Operações Especiais dos EUA. Esses componentes não estão, no entanto, focados nas atividades de reconhecimento anfíbio, uma atividade de operações especiais típica de uma operação anfíbia. Vale também acrescentar que os Marines adjudicados a esse Comando são oriundos dos batalhões e companhias de Reconhecimento Anfíbio do USMC, o que reduz a *expertise* dessas unidades, gerando a necessidade de reorganizá-las para que mantenham sua capacidade operativa. A experiência nas ações de comando e estado-maior das operações anfíbias, nos escalões acima do nível ARG/MEU, também diminuiu. Na década de 1990, o USMC extinguiu os comandos permanentes de brigadas de Fuzileiros Navais (MEB) para realocar pessoal para os inúmeros postos dos Comandos Conjuntos dos EUA, cri-

ados em decorrência da profunda reorganização do Departamento de Defesa, a Lei Goldwater-Nichols de 1986. Em 2006, a U.S. Navy desativou os comandos permanentes dos Grupos Anfíbios (Phibgru), para redistribuir pessoal para outras funções, seguindo uma tendência iniciada em 1975, quando as forças anfíbias e de minagem migraram para as forças de contratorpedeiros, integrando novas forças de superfície.¹⁰ Em decorrência dessa “economia de meios”, foram perdidos o conhecimento adquirido em operações anfíbias, a rede de relacionamentos entre líderes de pequenos escalões e os programas de desenvolvimento gerados a partir da ligação entre as cadeias de comando mais elevadas dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (Marine Air-Ground Task Force – Magtaf) e da U.S. Navy.

As deficiências dos novos programas de desenvolvimento de material têm contribuído para degradar equipamentos e sistemas essenciais para as operações anfíbias, especialmente atuando em ambiente hostil. Os avanços nas tecnologias tipo “antiacesso” têm agravado ainda mais esse problema. A proliferação de mísseis de cruzeiro antinavio (ASCM), por exemplo, gerou a necessidade de desenvolvimento da capacidade de desembarque anfíbio além do horizonte (Over the Horizon – OTH). Outras capacidades decorrentes disso também envolvem contramedidas de minagem, apoio de fogo naval e uma nova classe de navios, embarcações de desembarque, carros-lagarta anfíbios (CLAnf) e conectores navio-terra (*connectors*).¹¹

10 A U.S. Navy está organizada por Comandos-Tipo, responsáveis pelo treinamento específico e pela prontidão para integrar forças-tarefa. Antes dessa reorganização, a U.S. Navy possuía comandos-tipo de naturezas diferentes: Anfíbio, Minagem e Varredura, Apoio e Contratorpedeiros, tanto na costa atlântica quanto na costa do Pacífico. Atualmente existem três grandes comandos-tipo no Atlântico e no Pacífico: Força de Superfície, Força de Submarinos e Força Aeronaval.

11 Embora ainda não aprovado como termo doutrinário, “*connectors*” é normalmente utilizado para descrever as plataformas utilizadas para transportar pessoal e material entre bases, navios e instalações na costa. Os novos projetos de LCAC se enquadram, por exemplo, nessa categoria.

Adicionalmente, o USMC tem desenvolvido, por mais de uma década, uma série de equipamentos otimizados para o combate prolongado em terra, sem aparente preocupação com as restrições de embarque nos meios navais, o que agrava ainda mais a lista de problemas para recuperar sua capacidade anfíbia. Esse aspecto se tornou tão crítico que os cinco principais fatores a considerar em um Plano de Embarque – alojamento da tropa, espaço de estiva para as viaturas e carga, *spots* para aeronaves e *spots* para embarcações sobre colchões de ar (LCAC) – foram ultrapassados por um sexto aspecto: excesso de peso. A construção de diversos tipos de viatura, incluindo viaturas antiminas, assim como de aeronaves de apoio ao assalto, ampliou exponencialmente o peso do material a embarcar.

A IDEIA-FORÇA

O USMC, em parceria com a U.S. Navy, revitalizará a capacidade, o poder e a *expertise* em operações anfíbias, com a finalidade de melhor lidar com os grandes desafios do século XXI: a instabilidade e a incerteza.

As ideias expostas e desenvolvidas a partir do documento Manobra Operacional a Partir do Mar (Operational Manouver From The Sea – OMFTS) proverão o arcabouço conceitual para abordar as iniciativas que visarão expandir o alcance e a flexibilidade de emprego de forças anfíbias para conduzir variados tipos de operação militar.

O USMC é uma força naval e expedicionária em permanente prontidão. Sua cultura organizacional se traduz nas competências essenciais da Força, que articulam o *que fazemos*. O comandante-geral tem buscado restaurar a capacidade anfíbia do USMC, que permitirá atender de forma proativa os desafios à segurança, a resposta às crises e o triunfo em combate.

Enquanto esse esforço envolverá iniciativas internas para organizar, treinar e equipar os Marines, vale ressaltar que esse trabalho deverá ocorrer, preponderantemente, de forma integrada com a U.S. Navy e, em algumas instâncias, com a própria comunidade conjunta. Esse trabalho deve compreender assuntos relacionados aos projetos de novos equipamentos e aspectos conceituais, que envolverão estreita revisão da doutrina, da organização e da forma de instruir e adestrar a força.

O conceito Manobra Operacional a Partir do Mar (OMFTS), publicado pelo USMC em 1996, apresentou as vantagens de visualizar a projeção da ForDbq diretamente do mar sobre objetivos em terra. O estudo comparou as operações na Somália, em 1992, que demandaram elevados esforços para o desembarque e estabelecimento de uma infraestrutura em terra capaz de apoiar a realização das ações humanitárias, com a possibilidade de aplicação dos conceitos da “guerra de manobra”. O conceito OMFTS também analisou o assalto anfíbio em Inchon, Coreia do Sul, em 1950, de fato um envolvimento que resultou na liberação de Seul e no isolamento do inimigo ao sul da península coreana, um clássico exemplo da guerra de manobra a partir do mar.

O caso Somália ilustrou tanto a aplicabilidade da Manobra Operacional a Partir do Mar para atender amplamente o espectro de operações militares quanto a tese de que o “*Seabasing eliminará a necessidade de os Marines estabelecerem infraestrutura logística em terra*”. Ao exercerem as atividades funcionais de comando e controle e fogos, além da logística a partir dos navios, menores efetivos e menos material seriam necessários em terra, ampliando, consequentemente, a flexibilidade, o ritmo das operações e a imprevisibilidade do emprego da ForDbq, permitindo sua manobra diretamente do mar

aos objetivos em terra, uma ação tática denominada manobra navio-objetivo (Ship to Objective Manouever – STOM).

O conceito Manobra Operacional a Partir do Mar estabelece que “não está limitado ao emprego no extremo do espectro dos conflitos. De fato, em um mundo onde a guerra pode travar-se de distintas maneiras, a tradicional noção de guerra convencional poderá encontrar-se em desuso. Por essa razão, esse conceito aplica-se em uma variedade de situações, de uma assistência humanitária a até mesmo um conflito de alta intensidade contra uma superpotência.”

Ainda mais importante, o conceito Manobra Operacional a Partir do Mar, que apresenta uma forma diferente de pensar as operações anfíbias, tornou-se possível a partir da superioridade de meios da U.S. Navy. Durante a campanha do Pacífico na Segunda Guerra Mundial, a existência de uma poderosa frota naval inimiga foi o principal aspecto a se considerar por ocasião da execução das operações anfíbias. Nesse contexto, tornava-se fundamental desembarcar uma ForDbq autossuficiente em terra, com a máxima rapidez possível, de modo a garantir a liberdade de manobra para que a U.S. Navy se preparasse a um eventual contra-ataque dos navios oponentes. Na era pós-Guerra Fria, sem oposição de uma potente esquadra adversária, essa doutrina de “desembarcar a ForDbq e partir” já não se fazia necessária. A esquadra norte-americana poderia manobrar livremente ou mesmo permanecer na área marítima de desembarque para apoiar a ForDbq em terra, se desejasse. Atualmente as ameaças à esquadra provêm de defesas nos litorais, para negar o acesso da ForDbq. O conceito Manobra Operacional a Partir do Mar tem influenciado inúmeros documentos, incluindo o Marine Corps Operating Concepts for a Changing Security Environment e a Cooperative Strategy for

21st Century Seapower, a própria estratégia marítima.

O conceito estratégico articulado na estratégia marítima, no que se refere ao uso do mar como espaço de manobra para sobrepular as ações inimigas para negar o acesso da ForDbq aos seus objetivos em terra, reflete a ideia central do conceito Manobra Operacional a Partir do Mar. Embora a estratégia marítima não empregue a expressão *seabasing*, seu conceito está claramente implícito no texto. *Seabasing* é uma capacidade eminentemente naval, que garante aos comandantes de forças conjuntas a possibilidade de cumprir suas tarefas a partir do mar, sem a necessidade de estabelecimento de infraestrutura logística em terra. *Seabasing* é um conceito de emprego que permite o uso de diversas plataformas, não um conceito restrito ao uso de um tipo específico de plataforma.

Adicionalmente, a estratégia marítima amplia os conceitos apresentados na Manobra Operacional a Partir do Mar, no que se refere ao uso do mar como espaço de manobra para a realização de operações que contribuirão para a prevenção de conflitos. O emprego de forças navais, a exemplo dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) em atividades de segurança, de forma descentralizada e com a técnica de *seabasing*, exemplifica a teoria.

A U.S Navy está em fase de execução de diversos novos projetos que também visam a ampliar as capacidades do USMC, assim como aperfeiçoar as possibilidades de emprego do mar como espaço de manobra em apoio às operações conjuntas, multinacionais e em apoio a parceiros não governamentais. A partir de meios como navios anfíbios, navios-aeródromos e demais navios de transporte, as principais iniciativas incluem o desenvolvimento do navio de combate litorâneo (LCS), plataformas (*connectors*) de alta velo-

cidade para emprego em teatros diversos e aperfeiçoamento das capacidades de pré-posicionamento de forças para facilitar a reunião e projeção de forças por meios verticais e de superfície. Tais projetos são concebidos para o apoio mútuo entre as Forças, de forma a reduzir a necessidade de uso de portos e aeroportos na área de operações.

A nova doutrina e os projetos supracitados devem ser abordados conforme os tipos de cenários de emprego das forças anfíbias. Durante as décadas de 1920 e 1930, a US Navy e o USMC possuíam cenários de emprego bem definidos, com adversários evidentes e ambientes operacionais conhecidos, que orientavam o esforço intelectual das forças. Atualmente, marinheiros e fuzileiros navais se depa-ram com situações bem mais complexas, com múltiplos adversários, com cenários reais e potenciais. Em geral, no entanto, deve-se admitir que as operações anfíbias serão planejadas e executadas em três tipos de ambientes operacionais – permissivo, incerto e hostil. Cada um deles e também os contextos estratégicos, estão abaixo descritos.

TIPOS DE AMBIENTES: PERMISSIVO, INCERTO E HOSTIL

O **ambiente permissivo** é aquele em que o país anfitrião, por meio de suas forças militares e de segurança pública, mantém o controle institucional, assim como a intenção e a capacidade de apoiar as operações militares desencadeadas em seu território.

O conjugado anfíbio ARG/MEU rotineiramente conduz uma série de operações anfíbias nesse tipo de ambiente. As capacidades que permitirão uma ForTarAnf apoiar o desembarque de uma ForDbq em uma costa hostil serão as mesmas que a capacitarão a sobrepujar as limitadas ou danificadas infraestruturas existentes, ao mesmo tempo em que garantirão, de forma diplomática e discreta, o apoio alternativo às forças a partir do mar (*seabasing*). Estações de C2, conveses de voo, convesedoca, meios de transporte por superfície e aéreos (*connectors*), instalações médicas e ampliada capacidade de transporte permitirão que as forças anfíbias conduzam operações apoiadas por *seabasing*, realizem assistência humanitária, dentre outras operações e, quando necessário, facilitem o emprego de outras forças conjuntas, multinacionais, interagências ou mesmo não governamentais.

Por essas razões, os Comandos Conjuntos dos EUA estão demandando por novos conjugados anfíbios (ARG/MEU), refletindo uma necessidade que excede claramente a capacidade das forças. Essa deficiência pode ser minimizada com a descentralização desses conjugados, para atuar de forma dispersa no terreno, por meio de uma nova doutrina denominada Operações Distribuídas (*Distributed Operations – DO*)¹² ou por meio do embarque esporádico de Forças-Tarefa em Prontidão (*Global Fleet Stations – GFS*)¹³, com GptOpFuzNav embarcados ou outras forças-tarefa do USMC, organizadas para realizar ações de segurança e assistência humanitária.

12 “*Distributed Operations*” é uma capacidade em desenvolvimento no USMC que implica a atribuição de zonas de ação mais amplas, tanto em frentes quanto em profundidades, equivalendo às dimensões das zonas de responsabilidade tradicionais dos escalões imediatamente superiores. A lógica dessa doutrina decorre do maior alcance dos modernos sistemas de armas das frações do USMC. Nesse contexto, a nova zona de ação de um PelFuz equivale a de uma CiaFuz, que empregue os sistemas de armas tradicionais.

13 O conceito operacional *Global Fleet Station* (GFS) envolve “operações navais de elevado perfil, com franco engajamento e interação com nações aliadas, populações amigas e a comunidade marítima global”.

Um **ambiente incerto** é aquele em que as forças governamentais do país anfitrião, independentemente do apoio ou oposição às atividades a serem desencadeadas, não possuem controle efetivo sobre todo seu território e população na área de operações.

O conjugado anfíbio ARG/MEU tem frequentemente sido empregado em inúmeras situações de crise, como evacuação de não combatentes ou reforço aos Destacamentos de Segurança de Embaixadas¹⁴, em ambientes dessa natureza. Ocasionalmente, esses conjugados também foram empregados para reforçar forças-tarefa de maior envergadura, a exemplo do apoio à retirada das forças das Nações Unidas da Somália, em 1995.

Adicionalmente, no século XXI verifica-se um aumento da instabilidade política em áreas com reduzida ou nenhuma presença do Estado, representando um vazio de poder ocupado por terroristas, traficantes de armas, piratas, dentre outras gangues criminosas. As forças anfíbias apresentam potencial emprego em ações de contraterrorismo, não-ploriferação de armas NBQ e contrapirataria. Tais ações provavelmente exigirão o planejamento de incursões anfíbias conduzidas para destruir santuários terroristas, capturar piratas e criminosos, resgatar reféns e prover a segurança e salvaguardar ou remover material, incluindo armas de destruição em massa. Além disso, as forças anfíbias também poderão ser empregadas em operações de maior duração, tais como operações de paz ou reações a crises em larga escala.

As operações desencadeadas em ambiente incerto serão provavelmente conduzidas por diversos tipos de forças: por Brigadas Anfíbias (MEB) embarcadas em navios anfíbios, pelo conjugado anfi-

bio ARG/MEU ou somente por parcela dessa força-tarefa, por um GptOpFuzNav especial (Special Purpose Marine Air-Ground Task Force – SP MAGTF), embarcado em um ou mais navios anfíbios ou por qualquer organização por tarefas da U.S. Navy-USMC embarcada em variados tipos de navios, que podem incluir plataformas de combate ou navios de combate litorâneo (LCS) adaptados ao lançamento e recolhimento de aeronaves de apoio ao assalto ou embarcações de desembarque.

As operações em ambiente incerto serão conduzidas sob a expectativa de reação armada, no entanto estarão provavelmente sujeitas a regras de engajamento restritivas, que ditarão o planejamento e a execução da operação. As forças anfíbias, nesse contexto, dificilmente serão autorizadas a realizar ataques preventivos contra potenciais adversários. Embora um integrado e bem elaborado sistema defensivo não seja esperado nesse tipo de ambiente, potenciais oponentes, incluindo atores não estatais, poderão fazer uso de sofisticados armamentos capazes de negar o acesso ao litoral. Durante as operações de evacuação no Líbano em 2006, por exemplo, as forças navais internacionais não sofreram ameaças submarinas, de minagem, artilharia de costa e defesa antiaérea, no entanto estiveram expostas a ataques fortuitos de mísseis de superfície (ASCM) e lançadores antiaéreos portáteis. Assim, as forças anfíbias deverão explorar técnicas de operações além do horizonte (OTH), aperfeiçoar as defesas aproximadas dos navios, aumentar a velocidade de deslocamento e agilidade dos meios de transporte e possuir razoável capacidade de realizar fogos defensivos. Operações de inteligência, incluín-

14 Nos EUA, o guarnecimento de todos os Destacamentos de Segurança de Embaixadas é responsabilidade do USMC, que prepara e organiza os meios para emprego do Departamento de Estado nas embaixadas norte-americanas.

do o despistamento, operações psicológicas e uso de técnicas não letais para neutralizar sistemas de C2 de potenciais adversários também poderão ser empregados nesse tipo de ambiente.

O **ambiente hostil** se caracteriza pelo controle local e pela capacidade e intenções de forças hostis em reagir de forma efetiva às operações a serem conduzidas.

O tipo de operação mais comum a ser desencadeado por forças anfíbias será o próprio assalto anfíbio, embora as retiradas, demonstrações e incursões anfíbias também possam integrar as operações conjuntas do plano de campanha. Independentemente da envergadura dos meios ou da natureza da missão, a organização, as capacidades e técnicas necessárias para conduzir assaltos anfíbios em larga escala proveem a base conceitual para permitir a adaptação da força para conduzir todos os tipos de OpAnf em ambiente hostil. Os assaltos anfíbios de grande envergadura demandarão plenas capacidades das forças navais, conjuntas e interagências, para exercerem a superioridade naval e projetarem poder sobre terra. Dentre tais capacidades se incluem navios, aeronaves e embarcações para o transporte, desembarque e sustentação da Brigada Anfíbia (MEB) ou mesmo Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (MEF), sendo normalmente organizadas em quatro escalões: força avançada, escalão de assalto, escalão de reforço rápido e um escalão de sustentação do assalto (*assault follow-on echelon*).

A Força Avançada é uma organização por tarefas que precede a chegada do corpo principal da ForTarAnf na área do obje-

tivo anfíbio (AOA).¹⁵ Sua tarefa essencial é realizar atividades preparatórias em proveito do assalto principal, conduzindo operações de reconhecimento, conquista de posições de apoio ao assalto, varredura de minas, apoio de fogo naval preliminar, demolição submarina e apoio aéreo. À luz das mudanças na doutrina, organização e capacidades das forças para operação conjunta, é possível que a definição da força avançada deva ser atualizada como um elemento conjunto, não simplesmente como uma organização da força naval. Navios anfíbios, tropas de desembarque, navios de combate litorâneo (LCS), submarinos e uma variedade de aeronaves e embarcações de desembarque podem ser empregados para lançar e recolher elementos da força avançada, normalmente explorando o sigilo em suas ações. Por ocasião da chegada do corpo principal da ForTarAnf na AOA, a força avançada é desarticulada e revertida para a própria ForTarAnf, para a ForDbq ou para outro comando funcional.

O escalão de assalto é composto por unidades de tropa e aeronaves aptas para o assalto inicial na área de operações. No caso de uma Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (MEF), os escalões de assalto de duas Brigadas Anfíbias (MEB) estarão embarcados em navios anfíbios para conduzir a manobra navio-objetivo (STOM). Sem considerar o embarque de viaturas e carga geral no comboio de acompanhamento, o escalão de assalto de cada Brigada Anfíbia ocupará 17 navios, dentre os quais se incluem, ao menos, cinco LHA/LHD. Tendo em vista a provável ameaça de mísseis de superfície de primeira gera-

15 A doutrina conjunta é contraditória na definição de Força Avançada. O capítulo XIII da JP 3-02, Joint Doctrine for Amphibious Operations, descreve que as operações de força avançada são conduzidas por “uma organização por tarefas da força anfíbia...” que se segue à definição apresentada neste artigo. No entanto, a JP 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms, define força avançada de forma mais detalhada, como “uma organização temporária da ForTarAnf”.

ção (ASCM), a ForTarAnf deverá ocupar, inicialmente, posições além do horizonte (OTH), para mitigar tal ameaça. Assim, as forças anfíbias deverão empregar meios complementares que permitam realizar o assalto a partir de considerável distância da costa, até provocar o colapso das defesas inimigas, que permitirão ampliar o poder de combate em terra. Essas plataformas garantem uma variedade de combinações para o desembarque por meios aéreos e viaturas anfíbias, capazes de transportar os Marines diretamente aos seus objetivos em terra, sem deixar de mencionar diversos navios e embarcações capazes de rapidamente se aproximarem da costa e desembarcarem viaturas blindadas e mecanizadas para a manobra em terra.

O escalão de reforço rápido é composto por uma terceira Brigada Anfíbia (MEB) ou equivalente de forças conjuntas ou multinacionais que podem ser empregadas, sem depender do apoio de portos ou aeroportos, a partir dos navios da força pré-posicionada (Maritime Prepositioning Force (Future) – MPF(F)). Os meios de desembarque desses navios deverão ser compatíveis com os equipamentos e sistemas do escalão de assalto das Brigadas Anfíbias em primeiro escalão, proporcionando flexibilidade para a reunião de forças no mar e a descarga seletiva de pessoal e material para reforçá-los nos locais e momentos desejados. Os navios MPF(F) incluirão: navios com convéses de voo capazes de operar com aeronaves de rotores giratórios (*tilt-rotor*); navios auxiliares para o transporte de carga geral e munição capazes de realizar descarga seletiva; navios *roll-on/roll-off* capazes de transferir viaturas para outras embarcações de desembarque; e navios de desembarque com capacidade *float-*

on/float-off para viaturas anfíbias e embarcações de desembarque adicionais.

O escalão de sustentação ao assalto é composto por tropas de assalto, viaturas, aeronaves, equipamentos e suprimentos que, embora não necessários nos momentos iniciais do assalto, serão essenciais para sua sustentação. Para tanto, esse escalão deverá estar em condições de emprego na AOA por até cinco dias após o início do assalto. Esse escalão será deslocado por meios de transporte estratégico e por navios tipo *Joint High Speed Vessels* (JHSV), que farão a transferência de carga para navios MPF(F) ou instalações *roll-on/roll-off* como apoio intermediário para o posterior carregamento em embarcações de desembarque menores, ou para portos artificiais tipo “*Mulberries*”¹⁶ ou mesmo para portos capturados ao inimigo.

O emprego de operações distribuídas (DO) a partir do mar necessitará de novos métodos e meios. Alguns questionamentos imediatos surgem: Que capacidades serão necessárias? Como as forças navais deveriam ser organizadas? Que relações de comando serão adequadas para atender à rápida e contínua manobra de tropas nos segmentos marítimo e terrestre da região litorânea? De fato, os aspectos conceituais das operações anfíbias do século XXI, acima descritas, proveem o arcabouço intelectual para explorar tópicos relacionados a novos projetos de novos equipamentos e outros, de natureza conceitual.

PROJETOS CONCEITUAIS

O Major USMC Earl “Pete” Ellis foi o autor de um dos principais artigos conceituais sobre operações anfíbias, *Operações de Base Avançada na Micronésia*, em 1921. Nessa

16 *Mulberries* eram fabricados a partir de portos artificiais desenvolvidos por britânicos e rebocados para a Normandia, para emprego na Operação Overlord, em 1944.

época, a U.S. Navy e o USMC não possuíam navio anfíbio, embarcação de desembarque ou viatura anfíbia. Marinheiros e fuzileiros navais não possuíam uma doutrina que unificasse o planejamento de uma operação anfíbia, do embarque de uma força em navios, do ensaio, da travessia dos navios para a AOA ou para executar o assalto.¹⁷ Eles não possuíam procedimentos padronizados necessários para uma série de tarefas que facilitam o desembarque, o apoio e a sustentação logística de uma ForDbq em terra. Eles sequer possuíam orientações sobre as relações de comando. O que possuíam era a curiosidade intelectual.

Eles aplicaram essa “curiosidade” ao longo de duas décadas. Restritos à análise de quais capacidades anfíbias seriam necessárias para combater um dado adversário, analisaram, debateram e expandiram as ideias de Pete Ellis nas academias militares e nos periódicos profissionais. Eles testaram e avaliaram suas ideias em exercícios e experimentos. Os primeiros resultados foram traduzidos em lições aprendidas e manuais, sendo novamente testados e refinados, até tornarem-se doutrina. Quando a guerra imaginada finalmente ocorreu, tais analistas estavam prontos para transformar as ideias de Pete Ellis em capacidades materiais e, talvez mais importante, possuíam o conhecimento necessário para utilizar essas capacidades efetivamente.

As lições dessa era são claras. A recuperação da capacidade anfíbia, do poder e da *expertise* institucional somente pode ocorrer

se houver uma espécie de “renascimento intelectual” do pensamento anfíbio. Considerando o ambiente estratégico da atualidade, especialmente a natureza híbrida das “novas ameaças” e a utilidade do *seabasing* para prevenção de conflitos e reação a crises, esse “renascimento intelectual” deve examinar potenciais mudanças na doutrina, organização, treinamento e educação profissional-naval.

Impacto sobre a Doutrina Anfíbia

A recuperação da capacidade anfíbia, do poder e da *expertise* institucional somente pode ocorrer se houver uma espécie de “renascimento intelectual” do pensamento anfíbio

Dentre os diversos tópicos possíveis de abordagem, destacam-se a organização dos comandos, as medidas de coordenação e controle e as relações de comando. Num passado distante, o exercício do princípio da unidade de comando entre forças navais e de desembarque chegou a causar problemas entre

comandantes das forças navais e de desembarque. Em 1933, a criação da Força de Fuzileiros de Esquadra (Fleet Marine Force – FMF), como um comando-tipo sob controle operacional do Comando da Esquadra, reduziu o problema para as forças navais. Mais tarde, o desenvolvimento da doutrina anfíbia incorporou novas relações entre os comandantes da ForTarAnf e da ForDbq. Isso incluía certos procedimentos entre eles, tais como o paralelismo de suas cadeias de comando durante o planejamento da OpAnf e a abordagem das decisões fundamentais de forma consentida, assim como a transição do comando em terra.

17 Planejamento, Embarque, Ensaio, Travessia e Assalto (PEETA) representam as fases doutrinárias de uma OpAnf.

A Lei Goldwater-Nichols, de 1986, trouxe, no entanto, mudanças fundamentais para a doutrina das operações conjuntas. Como resultado dessas alterações, atualmente todas as forças conjuntas incluem componentes das Forças Singulares, que possuem acesso direto e responsabilidades perante os Comandantes Conjuntos. Os comandantes dos componentes da U.S. Navy e o USMC estão, dessa forma, separados entre si e paralelos na cadeia de comando. O comandante conjunto possui a autoridade para organizar suas forças por tarefas, de forma a atender da melhor forma o cumprimento de sua missão. Ele pode desencadear operações de Força Singular, por componentes funcionais ou mesmo pela combinação de ambos. O comandante conjunto possui autoridade para organizar comandos subordinados, atribuir tarefas, estabelecer relações de comando e detalhar instruções para coordenação das Forças Singulares ou componentes funcionais. Nesse contexto, a tradicional relação entre a FMF e os comandantes navais se tornou confusa. A doutrina conjunta inclusive aboliu os títulos formais e relações de comando entre ComForTarAnf e ComForDbq. O conceito de *seabasing*, que provavelmente eliminará a necessidade de transição do ComForDbq para terra, complicou ainda mais a questão. Além disso, comandantes conjuntos normalmente organizam suas forças com componentes funcionais de aviação e operações especiais, que possuem muitas das capacidades necessárias para o desembarque de tropas.

A partir das mudanças legais, da doutrina conjunta e da própria prática das operações, a U.S. Navy e o USMC iniciaram um exame detalhado da organização dos seus componentes e das relações de comando. Essa análise poderá considerar as responsabilidades dos comandantes conjuntos e dos vários comandantes funcionais, incluindo a viabilidade de criação de um componente funcional para operações litorâneas, sem descartar prin-

cípios históricos, como o paralelismo do planejamento anfíbio e as decisões fundamentais. Em estreita relação com a divisão de trabalho entre os comandantes funcionais, faz-se necessário estabelecer apropriadas medidas de coordenação e controle. Uma revisão dessas medidas de natureza permissiva e restritiva será importante para assegurar que as forças amigas possam manobrar e empregar seus fogos de apoio sob a mínima possibilidade de fratricídio.

A aplicação integral das capacidades navais em diversos tipos de operações requererá flexibilidade para organizar a força por tarefas. A experiência de combate e o tempo de maturação da doutrina têm confirmado que o espírito de cooperação entre unidades “apoiadas-apoiadoras” (*supported-supporting*) é útil para a efetividade de todos os elementos da força naval. As opções de relações de comando incluem o controle operacional, o controle tático ou a relação de apoio, conforme descrito na Joint Publication 1 e são selecionadas pelo comandante imediatamente superior ou autoridade equivalente. O tipo de relação de comando escolhido deverá basear-se na missão, nas autoridades envolvidas, na natureza e duração da operação, no ambiente operacional e nas recomendações dos comandantes subordinados.

Impacto sobre a Organização das Forças por Tarefas

A desativação de diversos comandos de GptOpFuzNav e grupos anfíbios permanentes resultou em perda de *expertise* e representatividade nos altos escalões anfíbios. O relacionamento entre comandantes das Forças Expedicionárias de Fuzileiros Navais (MEF) e diversos comandantes de esquadras e dos componentes marítimos dos comandos conjuntos é confuso. Esses desafios são sintomas de um problema maior, qual seja a perda do paralelismo entre os escalões navais e de fuzileiros navais, apoiados por

estados-maiores com experiência e conhecimento profissional. Atualmente, existem cadeias de comando paralelas e permanentes somente nos conjugados anfíbios ARG/MEU, e mesmo nesses existem assimetrias em termos de composição e antiguidade. Recentemente, a U.S. Navy cancelou o emprego dos Grupos de Ataque Expedicionários (Expeditionary Strike Groups – ESG) como estrutura básica para a realização do ciclo de adestramento, caracterizado pelo sistema de rodízio de embarque por período aproximado de seis a nove meses, denominados *deployments*. A U.S. Navy, no entanto, manteve os ESG permanentemente ativados nas 2^a, 3^a e 7^a Frotas e visualiza que esses grupos assumirão tarefas similares às anteriormente desempenhadas pelos Grupos Anfíbios (PHIBGRU). Atualmente, uma parcela do componente de comando das Forças Expedicionárias de Fuzileiros Navais (MEF) está sendo destacada para compor o mesmo componente das Brigadas Anfíbias (MEB), que, nesses casos, facilitaria emprego das MEB com os ESG. Uma organização por tarefas assim constituída permitiria o restabelecimento das cadeias de comando paralelas, promoveria o relacionamento e mútuo entendimento entre os estados-maiores e, por meio de exercícios e experimentações, estabeleceria as condições favoráveis para a inovação e a representatividade da doutrina anfíbia junto às Forças. Essas iniciativas em termos organizacionais devem ser implementadas nos exercícios, com a finalidade de beneficiar o estreitamento de laços profissionais entre os oficiais de estado-maior e, consequentemente, aperfeiçoar a prontidão e efetividade operacional.

Impacto sobre o Treinamento e Educação Profissional-Naval

Conforme descrito anteriormente, nos últimos anos o treinamento e a educação

profissional-naval no USMC têm enfatizado, por razões justificáveis, a recuperação da *expertise* institucional em conflitos de baixa intensidade, denominados *small wars*. Esse esforço tem sido bem-sucedido; no entanto, uma abordagem mais equilibrada, que também incluía a recuperação do conhecimento da doutrina anfíbia, deve ser implementada. Interessante acrescentar que as inovações anfíbias de 1920 e 1930 surgiram ao mesmo tempo em que os Marines conduziam operações de contrainsurgência no Haiti e na Nicarágua e operações de paz na China e produziam o manual de *Small Wars* em Quântico, Virginia. Reeditar o exercício Bascolex, reinserir os treinamentos de pequenas frações em operações anfíbias dos Grupos de Treinamento de Guerra Expedicionária e revisar o programa de instrução dos cursos de carreira para incluírem planejamentos anfíbios e temas para elaboração de monografias, por exemplo, devem ocorrer sem prejuízo dos programas de guerra irregular. Ao contrário, um aspecto essencial a considerar nas operações anfíbias do século XXI é justamente verificar como podem contribuir para vencer os desafios da guerra irregular. Essa e outras iniciativas, que incluem exercícios anfíbios conjuntos e multinacionais de grande envergadura, devem ser perseguidas.

PROJETOS DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

O conceito Manobra Operacional a Partir do Mar (OMFTS) contemplava o aperfeiçoamento de determinadas capacidades:

Para realizar o movimento de unidades além do horizonte, teremos de adquirir a capacidade de cruzar grandes distâncias, reduzir as limitações impostas pelo terreno e por condições climá-

ticas/meteorológicas adversas e, principalmente, efetuar de forma contínua e eficiente a transição entre a manobra do mar para terra e vice-versa.

As operações além do horizonte (OTH) foram criadas com a intenção de ampliar a surpresa tática e operacional, assim como a segurança das forças contra ameaças capazes de negar o acesso litorâneo. A manobra além do horizonte foi elaborada como suporte ao conceito de manobra navio-objetivo (STOM), que pode ser considerada uma consequência tática da Manobra Operacional a Partir do Mar, cujo texto apresenta o seguinte alerta:

Não existe uma única resposta aos diversos desafios que se apresentam no futuro próximo; ao contrário, as forças navais deverão manter sua capacidade histórica de se adaptar às novas circunstâncias. Por essa razão, é importante que as forças navais não sejam restritivas ao definir suas capacidades operacionais.

As operações além do horizonte (OTH) foram criadas com a intenção de ampliar a surpresa tática e operacional, assim como a segurança das forças contra ameaças capazes de negar o acesso litorâneo

Por vários anos, o USMC tem buscado desenvolver uma tríade de projetos, com vistas ao aperfeiçoamento da capacidade de conduzir o movimento navio-objetivo, por intermédio de meios que se complementam para realizar operações além do horizonte: a viatura anfíbia expedicionária (EFV), a aeronave de rotores giratórios (*tilt-rotor*) MV-22 Osprey e a embarcação de desembarque sobre colchões de ar (LCAC). O desejo de dotar os Marines com

um mix de meios por superfície e aéreos é justificável. A experiência operacional tem repetidamente demonstrado que a rapidez na projeção de força em terra é essencial para o sucesso de uma OpAnf. Em decorrência disso, uma análise mais aprofundada indica que essa rapidez é mais bem alcançada por uma combinação de meios para o deslocamento vertical e por superfície.

Além disso, a proliferação de armamentos para negação do acesso litorâneo, em mãos tanto de atores estatais quanto não estatais, tem complicado o planejamento e a execução das OpAnf, mesmo para a realização de missões de caráter benigno. Um exemplo dessa vulnerabilidade foi eviden-

ciado durante a crise no Líbano em 2006, com o emprego de mísseis de superfície C-802 pelo Hezbollah contra navios israelenses, que adicionou uma nova dimensão às forças dos EUA em operações de evacuação de não combatentes. Tais eventos validam a sabedoria de operar, ao menos ini-

cialmente, além do horizonte para reduzir a efetividade de mísseis de superfície.

A ênfase do USMC nos três projetos EFV, MV-22 e LCAC tem, no entanto, mascarado o fato de que outras capacidades da força naval também são importantes para o apoio às OpAnf e ao movimento navio-objetivo (STOM) em particular. Existe uma crescente e errônea percepção de que essa manobra não possa ser efetuada sem o EFV e que ambos são aplicáveis somente em combates de alta intensidade contra oponentes potentes, refletindo uma situação muito pouco provável. De fato, o movimento navio-objetivo pode ser conduzido sem a EFV e também é aplicá-

vel em todo o espectro de conflitos. A ausência da EFV representa apenas uma redução do ritmo e do alcance operacional ao movimento navio-objetivo, em relação ao que se visualiza com a incorporação desse novo projeto de viatura anfíbia.

Representando uma nova geração de Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf), os EFV proporcionam vantagens táticas e técnicas. Taticamente, os ganhos em flexibilidade, alcance, ritmo operacional e surpresa não são frequentemente reconhecidos. Tecnicamente, as habilidades de reduzir a efetividade de mísseis de superfície por emprego além do horizonte são mais facilmente compreendidas. Menos aparente é que sua capacidade de realizar o desembarque além do horizonte pode ser mais importante em ambiente incerto que em hostil. Em ambiente incerto, as regras de engajamento poderão impedir o ataque preventivo às posições de mísseis de superfície na costa inimiga.

Adicionalmente, um reduzido, porém crescente, número de potenciais adversários possui as versões mais modernas de mísseis de superfície. As melhorias no alcance, velocidade e trajetória dessas munições não podem ser evitadas somente pelo posicionamento dos meios além do horizonte, o que significa que o aperfeiçoamento de sistemas defensivos de bordo e a neutralização preventiva das bases de lançamento e das plataformas serão críticos ao cumprimento da missão das forças anfíbias.

A renovada ênfase nas ideias primeiramente desenvolvidas no conceito da Manobra Operacional a Partir do Mar, reforçadas em recentes documentos decorrentes desse conceito, permanece em vigor. As vantagens do *seabasing* ao comandante conjunto devem ser realçadas. As forças navais devem compreender que a situação, a missão, o ambiente operacional, a capacidade de negação do acesso litorâneo e os resultados alcançados pelo contínuo esforço para derrotar o oponente

serão determinantes na organização da força por tarefas e na sequência das OpAnf. Além disso e, talvez mais importante, a complexidade multidimensional dos litorais deve ser reconhecida, e o papel essencial exercido pelas capacidades conjuntas de C2, a inteligência, o emprego de armas combinadas e da força avançada como facilitador para as OpAnf devem ser francamente desenvolvidos.

Os esforços da U.S. Navy e do USMC no desenvolvimento das capacidades mencionadas devem atentar para as observações constantes do conceito Manobra Operacional a Partir do Mar, para “evitar a exclusividade no delineamento dos requisitos operacionais dos novos meios”. Nesse contexto, a U.S. Navy deverá dar continuidade ao desenvolvimento de meios complementares, que possam agregar capacidades que, por meio de combinação de sequência de movimentos e de ações concorrentes, iniciem as operações anfíbias além do horizonte, provoquem o colapso das defesas litorâneas do inimigo, se necessário, e conduzam a aproximação da costa e o desembarque dos meios em terra, com a finalidade de rapidamente edificar o poder de combate sobre os objetivos estabelecidos.

Dentre os principais projetos, destacam-se:

- **Aeronave de rotores giratórios** – O MV-22 OSPREY, que já está em operação, representará um aumento na velocidade e no alcance para a realização do movimento vertical navio-objetivo. O emprego do MV-22 em ambiente hostil poderá requerer a neutralização de defesas antiaéreas, no entanto também permitirá evitar as ameaças de mísseis de superfície, minas, dentre outras que possam negar os desembarques por superfície. Considerando os dados de planejamento para o embarque, verifica-se que as dimensões e o peso do MV-22, assim como as limitações de carregamento interno

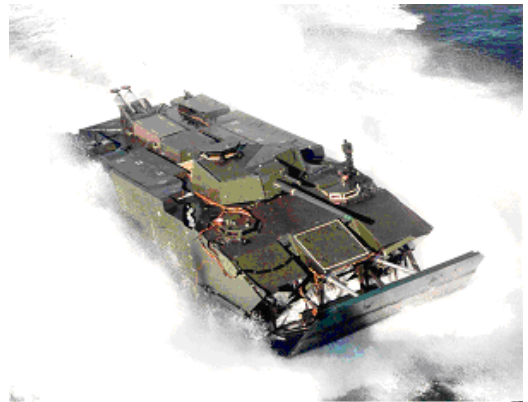
e externo, indicam a inexecuibilidade e o indesejável empenho em desenvolver unicamente o MV-22 como plataforma para execução do movimento navio-objetivo. Ao contrário, um *mix* entre o MV-22 e helicópteros é necessário para atender de forma satisfatória aos requisitos operacionais, enquanto mantém aderência às limitações para o embarque nos meios navais.



• **Helicópteros** – O inventário atual de helicópteros é capaz de realizar o movimento navio-objetivo, porém com limitações de alcance. Assim como o MV-22, os helicópteros sobrepõem as desvantagens do desembarque por superfície, embora estejam sujeitos a ameaças antiaéreas em ambientes hostis. Os helicópteros podem, inclusive, ser empregados para desembarcar tropas em terra, para neutralizar defesas na costa e para assegurar zonas de desembarque necessárias ao emprego da ForDbq. Novas aeronaves, como o CH-53K, ampliarão o alcance e a capacidade de transporte de equipamentos e viaturas da ForDbq.

• **EFV** – Conforme descrito anteriormente, o EFV foi projetado para prover a capacidade de assalto por superfície e de estações além do horizonte até objetivos em terra, com maior flexibilidade de manobra, alcance, ritmo operacional e surpresa. A habilidade em conduzir o movimento na-

vio-objetivo além do horizonte reduzirá a efetividade dos mísseis de superfície, tanto em ambiente hostil quanto em incerto, que provavelmente predominará no futuro. Idealizado para aperfeiçoar o assalto além do horizonte e o subsequente apoio mecanizado em terra, o EFV permitirá a projeção de considerável poder de combate em terra. Entretanto, essa viatura anfíbia é limitada para operações de estabilização ou manobra em qualquer terreno. O EFV constitui apenas um projeto de uma família de meios de transporte táticos destinados ao apoio da ForDbq na condução de variados tipos de operação em ambientes permissivo, incerto e hostil.



• **Carros-Lagarta Anfíbios (CLAnf)** –

Os CLAnf também podem realizar o movimento navio-objetivo, a partir do embarque nas embarcações de desembarque sobre colchões de ar (LCAC) ou a partir dos navios anfíbios em navegação próxima à costa. A opção de emprego do EFV para o desembarque da ForDbq garante maior flexibilidade de manobra, alcance e surpresa, no entanto a reduzido ritmo operacional e considerável risco, tendo em vista o elevado tempo necessário para a descarga de material em terra e pelas atuais limitações em quantidade, capacidade e vulnerabilidade dos LCAC. A aquisição de número suficiente de meios de desembarque e na-

vios capazes de desembarcar os CLAnf entre três e seis milhas náuticas das praias ampliariam o ritmo operacional desejado. A opção do desembarque por CLAnf exige a aproximação dos navios anfíbios da costa, envolvendo aceitabilidade de riscos e limitada flexibilidade operacional. Para minimizar tal risco, as operações em ambientes incertos poderão requerer regras de engajamento mais agressivas, enquanto operações em ambiente hostil exigirão maior esforço para localizar e neutralizar as ameaças de mísseis de superfície. Em ambos os ambientes, serão necessários aperfeiçoamentos nas defesas de bordo contra tais mísseis.

● **Embarcações de Desembarque Rápidas** – Diversos países operam embarcações de desembarque que desenvolvem altas velocidades e alcance suficientes para as operações além do horizonte, tais como a embarcação sueca *Combat Boat-90* (CB-90). Esse meio pode ser utilizado em diversos cenários que envolvam o movimento navio-objetivo, incluindo operações de força avançada, operações de apoio para a conquista de posições próximas à praia ou mesmo o emprego em regiões ribeirinhas, com penetração em estuários para atingir objetivos em terra. Esse tipo de meio também pode ser útil para a sustentabilidade logística de operações em terra, assim como operações de interdição marítima. Podem ainda ser transportados por ampla varie-

dade de meios navais, proporcionando maiores opções para o emprego da ForDbq.

● **LCAC e Conectores Navio-Terra** (*Ship-to-Shore Connectors – SSC*) – Os LCAC atuais são capazes de efetuar a transição de navios anfíbios para a descarga de viaturas blindadas, mecanizadas e motorizadas nas praias de desembarque, desde que as defesas na costa sejam efetivamente neutralizadas. O inventário atual de LCAC está obsoleto e numericamente insuficiente para atender às necessidades anfíbias e das forças marítimas pré-posicionadas (MPF(F)). Com o aperfeiçoamento dos sistemas de abertura da rampa e da rápida fixação de viaturas no convés, a nova geração de LCAC, os SSC, será capaz de conduzir o desembarque próximo à costa de CLAnf ou mesmo de viaturas blindadas de assalto com limitada capacidade anfíbia (*Infantry Fighting Vehicles – IFV*). Tal capacidade garantirá a navegação em alta velocidade a partir do horizonte e a rápida descarga de material e viaturas para as operações em terra.



● **Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG)** – A EDCG possui alcance compatível com as operações com navios anfíbios além do horizonte, no entanto sob reduzida velocidade de deslocamento. Sua elevada capacidade de transporte de carga a torna útil para diversas tarefas anfíbias, incluindo o desembarque de viaturas blindadas, preferencialmente em ambi-

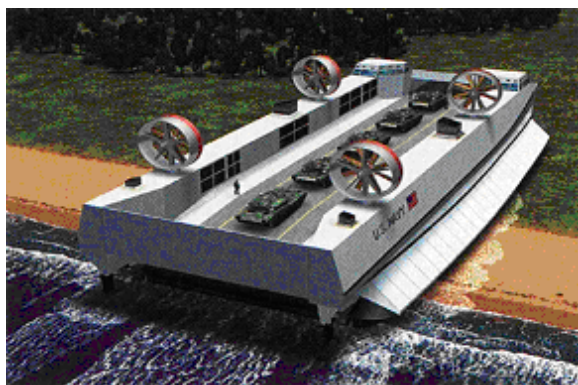


ente permissivo ou após as neutralização das defesas de superfície na costa. À semelhança dos LCAC, o inventário atual de EDCG é insuficiente para as necessidades anfíbias dos EUA.

• **Joint High Speed Vessel – JHSV** –

Esses meios proveem rapidez no transporte de pessoal e material inter e intrateatros de operação. Atualmente, esses navios são capazes de descarregar material sob condições de infraestrutura portuária primitivas ou deterioradas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a U.S. Navy operou centenas de navios de desembarque de carros de combate (NDCC). Esses meios interoceânicos utilizavam sistema de rampa na proa para o desembarque de viaturas blindadas sobre lagartas próximos à praia e viaturas sobre rodas diretamente na praia de desembarque. Os JHSV poderiam ser modificados estruturalmente para incluir a capacidade de desembarque de meios diretamente na praia, de modo similar aos NDCC. Se as características dos antigos NDCC puderem ser conjugadas com as dos modernos JHSV, o resultado será um meio de elevada velocidade interoceânica, rápida descarga de viaturas blindadas, mecanizadas e motorizadas. Evidentemente que a aproximação da costa dependerá da eficaz neutralização das ameaças de superfície inimigas.

quisa da U.S. Navy está desenvolvendo um projeto de navio de transporte que explore o potencial de alta velocidade interoceânica e permita a transição para águas rasas ou regiões pantanosas/alagadas e posterior descarga de material em área seca, além da linha de preamar (HWL). Diversos protótipos da *T-Craft* encontram-se em teste, com a principal característica de fundir as potencialidades de grande alcance e alta velocidade do JHSV com a capacidade anfíbia além do horizonte dos LCAC e maior carga transportável que as EDCG. Embora existam consideráveis barreiras tecnológicas associadas ao projeto de um navio com tais características, o sucesso no desenvolvimento do *T-Craft* representará alterações significativas na doutrina anfíbia.



• **Navio de Combate Litorâneo (LCS)** –

Projetado para privilegiar a velocidade e agilidade de manobra, o LCS pode receber módulos intercambiáveis que garantam a realização de ampla variedade de tarefas, como a guerra de minas e antissubmarina. O desenvolvimento de módulos adicionais, como para apoio de fogo, C2 e transporte de tropa, pode conferir ao LCS considerável utilidade no emprego em apoio às OpAnf. Utilizado em modo “escoteiro” ou mesmo compondo força-tarefa, o LCS poderá apoiar o desembarque e reembarque de Marines em operações de segurança,



• **Navios de Transição (*Transformable Craft – T-Craft*)** – O Departamento de Pes-

assistência humanitária, evacuação de não combatentes, reconhecimento e incursões, dentre outras tarefas.



• **Projetos de contramedidas aos mísseis antinavios** – Um estudo independente publicado em 2005 concluiu que o inventário global de gerações obsoletas de mísseis antinavios representa mínima ameaça aos meios da U.S. Navy; no entanto, tais meios têm evoluído e incorporado tecnologias mais sofisticadas.¹⁸ Conforme descrito anteriormente, as operações além do horizonte contribuem para negar a efetividade da elevada disponibilidade de mísseis antinavios de primeira geração. No entanto, elas permanecem vulneráveis contra armamentos mais sofisticados, sendo dependentes de aperfeiçoamento das capacidades de localizar, neutralizar ou interceptar tais sistemas. Negar a efetividade desses mísseis é um problema bem mais complexo, que requererá o empenho de vários componentes de um comando combinado. Tendo em vista a responsabilidade institucional do USMC

no desenvolvimento da doutrina anfíbia e no estabelecimento das medidas de coordenação com outras forças, verifica-se que o USMC deve tomar a iniciativa de articular o desenvolvimento de soluções conjuntas contra esse tipo de ameaça.

• **Projetos de contramedidas de minagem** – Os desafios de localizar, evitar e, quando necessário, realizar varredura de minas, desde as “águas azuis” até a área de desembarque, permanecem elevados. A U.S. Navy intenciona substituir o inventário atual dos meios de minagem e varredura por módulos opcionais a serem instalados nos LCS. Tanto os meios obsoletos atuais quanto os novos projetos, no entanto, não oferecem soluções adequadas para a guerra de minas em águas rasas, na profundidade de 40 a 10 pés ou na praia batida, com profundidade inferior a 10 pés. Atualmente a U.S. Navy tem empregado animais e veículos submarinos não tripulados para realizar a detonação das minas nessas áreas, por meio do emprego de munição explosiva (*Joint Direct Attack Munitions* – JDAM) ou sistemas de abertura de brechas (*Assault Breaching System* – JABS), desde que disponíveis em quantidade suficiente e que informações adequadas sobre o posicionamento de tais minas sejam obtidas. Tais vulnerabilidades constituem outro desafio do USMC na busca de soluções conjuntas.

• **Projetos para ampliar o alcance e a efetividade do fogo naval** – Uma análise histórica, associada aos modernos sistemas de armas navais, revela que as OpAnf conduzidas em ambientes incertos e hostis devem ser apoiadas por fogos aéreos e navais. A capacidade de realizar um efetivo apoio de fogo naval de forma ininterrupta e sob quaisquer condições de clima e

18 Mahnken, Thomas G., *The Cruise Missile Challenge*, Center for Strategic and Budgetary Assessments: Washington, D.C., Março, 2009, p. 18.

meteorologia representa um requisito essencial às OpAnf. O curto alcance e o pequeno calibre do armamento naval atual tornam tal apoio limitado, gerando a dependência sobre opções mais caras e sujeitas às intempéries: a aviação embarcada. Uma conjugação de armamento de maior calibre e alcance com outros de menor calibre, mísseis, aeronaves e veículos aéreos não tripulados (VANT) proveriam soluções operacionais mais efetivas para o apoio de fogo à tropa em terra. Um estudo de 2007 concluiu que a reativação dos grandes navios de batalha, com novos e modernos sistemas de armas e munições, apresentava custo-benefício favorável para resolver o problema da U.S. Navy no que se referia às deficiências em navios-aeródromos e aeronaves.¹⁹ Recentemente foi iniciado um novo estudo, o *Joint Expeditionary Fires Analysis of Alternatives*, para a busca de soluções adequadas ao problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o conjugado anfíbio ARG/MEU tenha apresentado desempenho bastante satisfatório, a *expertise* e as principais ca-

pacidades anfíbias do USMC estão em declínio nos últimos anos, basicamente porque a aplicabilidade da doutrina anfíbia para atender aos desafios atuais não é reconhecida e a pressão política para empregar a força em outras operações tem sido a prioridade da agenda institucional. Por meio de parceria com a U.S. Navy e as demais Forças, o USMC está comprometido em aplicar suas atuais capacidades anfíbias, assim como seus projetos de desenvolvimento, em proveito dos desafios estratégicos do século XXI.

Com essa finalidade, este documento buscou analisar algumas ideias doutrinárias e conceituais pertinentes, ambientes operacionais, o contexto estratégico e as iniciativas específicas que brindarão o leitor com uma base referencial de informações sobre as capacidades anfíbias, sua aplicação e desafios. O propósito de apresentá-lo foi justamente inspirar o renascimento intelectual do pensamento e da inovação anfíbia.

*“Se não fosse pela constante persuasão do USMC, a arte anfíbia dificilmente seria desenvolvida”.*²⁰

Almirante W.H.P.Blandy, U.S. Navy (R), 1951

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<FORÇAS ARMADAS>; Operações anfíbias; Fuzileiros Navais; Navios de guerra anfíbia;

19 Welch, Coronel Shawn A., U.S. Army, *Joint and Interdependent Requirements: A case study in solving the Naval Surface Fire Support Capabilities Gap*, Joint Forces Staff College: Norfolk, VA, 17 MAI 2007.

20 Blandy, W.H.P., *Command Relations in Amphibious Warfare*. Annapolis, MD: U.S. Naval Institute Proceedings, Vol. nº 77, nº 6, Junho 1951, pp. 569-580. O Almirante Blandy comandou o 1º Grupo Anfíbio nos assaltos em Kwajalein, Saipan, Palau, Iwo Jima e Okinawa, durante a Segunda Guerra Mundial.